

## HOMENS DO CAFÉ: RELAÇÕES DE TRABALHO EM FRANCA/SP 1890-1920\*

Rogério Naques Faleiros\*\*

**PALAVRAS-CHAVE:** Café, Franca/SP, Colonato, Parcerias, Contratos.

**RESUMO:** *Este artigo tem por objetivo analisar as relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos em Franca entre 1880 e 1920. Utilizamos como fonte os contratos de trabalho envolvendo café, extraídos dos Livros Cartoriais. Percebemos que a partir da crise de superprodução ocorrida entre 1898-1906 as relações de colonato foram substituídas pelas relações de parceira. Do ponto de vista dos fazendeiros a transformação das relações de trabalho visava diminuir as perdas monetárias em um contexto de baixos preços; já os colonos encontraram neste período a possibilidade de atuar no mercado, comercializando a produção cafeeira que lhes cabia.*

### 1.1 - O Colonato

Entre os anos de 1890 e 1900 o número de contratos de trabalho envolvendo café atingiram o ápice no município de Franca. Neste período foram lavrados 128 escrituras de um total de 271 lavradas entre 1866 e 1920. Isso significa que 47,23% dos contratos foram feitos nesta década. A produção de café, que no início desta década girava em torno de um milhão de toneladas, atinge, em 1901, a cifra de 10 milhões de toneladas produzidas. Verifica-se também neste período um considerável recrudescimento da imigração de europeus para o município, sobretudo de italianos e espanhóis, o grande contingente de trabalhadores que estabeleceram com os fazendeiros locais as relações de trabalho próprias do colonato.

O que é o colonato? É quase unânime a resposta. Verena Stolcke, Thomas Holloway, Brasília Sallum Jr. e José de Souza Martins o definem como uma combinação de salário anual, ganhos por empreitada e acesso às lavouras de subsistência. Nas palavras de Sallum Jr. no colonato “as pessoas se comprometiam, por contrato, a realizar um certo número de tarefas pelas quais recebiam remuneração em dinheiro. Basicamente tais tarefas

---

\* Este artigo corresponde a uma versão reduzida do segundo e terceiro capítulos da dissertação *Homens do Café: Franca 1880-1920*, defendida em novembro de 2002, sob orientação do Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves, no Instituto de Economia da Unicamp.

\*\* Professor do DPHE do Instituto de Economia/Unicamp, Doutorando em Economia Aplicada pela mesma instituição.

consistiam em: cultivo anual de um certo número de pés de café, pelo qual recebiam uma remuneração em dinheiro, variável segundo o número de pés e paga em parcelas trimestrais, ou bimestrais ou mensais {isso é discutível}; participação na colheita, pela qual auferiam dinheiro conforme a quantidade apanhada e entregue; serviços extraordinários, à parte do cultivo do cafezal e da colheita, pelos quais recebiam segundo o tempo de trabalho – dias ou horas – ou, eventualmente, conforme as tarefas executadas.” Ainda, com o autor, “o acesso à terra para cultivo de alimentos era uma forma de rebaixar os gastos do fazendeiro em forma de capital variável<sup>1</sup>”.

Constitui-se o colonato na soma de três formas: trabalho anual, empreitada e acesso a terrenos para plantio de alimentos. As duas primeiras, de pressuposto, são monetárias, a segunda entre como paliativo para o rebaixamento das contas em dinheiro, apesar de sua mensuração ser impossível.

Outra característica do colonato é o fato de constituir-se como uma relação de trabalho essencialmente familiar. Ao negociar com o “pai de família” o fazendeiro na verdade está contratando toda uma “célula produtiva”, composta pelos filhos mais velhos, pelas mulheres e eventualmente, nos períodos de colheita, até pelas próprias crianças. A viabilidade de tal relação de trabalho é proporcional ao número de integrantes da família, quanto maior o número de pessoas, melhores são as possibilidades dos colonos. Tal característica pode ser observada na tabela abaixo:

*Tabela 1 – Rendimentos de três famílias de imigrantes em 1922.*

	Família com 10 elementos	Família com 5 elementos	Família com 4 elementos
Nº de trabalhadores	6	2	1
Rel. consumidores/produtores	1.66	2.5	4
Cafeeiros por família	16.000	7.000	3.000
Rendimento das carpas anuais	2:400\$000	1:050\$000	450\$000
Ganhos com a colheita	480\$000	240\$000	70\$000
Trabalho extraordinário	600\$000	460\$000	120\$000
Gastos anuais	2:350\$000	1:130\$000	780\$000

*Fonte: Verena STOLCKE. Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 46.*

<sup>1</sup> Brasília SALLUM JR. *Op. cit.*, p. 145, 167 e seguintes. Um estudo excelente foi realizado por Thomas HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886.1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1984.

Segundo os dados apresentados por Verena Stolcke uma família de quatro membros, considerando os níveis salariais em 1922, teria uma renda anual de 640\$000 e uma despesa de 780\$000, ou seja, seria inviável sua sobrevivência em relações do tipo colonato. Já uma família com dez elementos teria uma renda anual de 3:480\$000 e uma despesa total de 2:350\$000. Nos dois casos a relação de trabalho estabelecida é a mesma, todavia a viabilidade só é possível de ser alcançada em famílias mais numerosas.

Adaptando os dados de Tércio Di Gianni, chegamos à seguinte relação entre homens e número de filhos:

*Tabela 2 – Relação entre homens e número de filhos sobreviventes. Franca 1889-1920*

Período	Total de Homens	Total de Filhos	Média
1889-1890	2	14	7
1891-1895	4	8	2
1896-1900	20	71	3,5
1901-1905	46	179	3,9
1906-1910	39	143	3,6
1911-1915	35	119	3,4
1916-1920	48	244	5,1

*Fonte: Registro de óbitos (1876-1945). Cartório de Registro Civil do primeiro Subdistrito de Franca (1876-1945). In: Adaptado de Tércio Pereira DI GIANNI. Italianos em Franca. Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, p. 133.*

Utilizando a relação homens/total de filhos veremos que na década em questão a média é de três filhos por casal. Assim, considerando os pais podemos pensar em uma família padrão de imigrantes composta por cinco elementos. Ainda, segundo Stolcke, uma família deste porte reuniria condições de tratar de 7.000 cafeeiros<sup>2</sup> (dois trabalhadores), o que, segundo os salários nominais praticados em 1895 “na Franca” (0\$600 por cova formada) renderia a esta família a quantia de 4:200\$000 durante quatro anos, 1:050\$00 anuais, sem considerar a possível renda oriunda das lavouras de alimentos, os pastos e o fruto do quarto ano do cafezal, que apesar de diminuto, pertencia, na maioria dos casos, aos colonos. O valor do pagamento em dinheiro para a carpa do café coincide com o apontado por Stolcke para uma família de 5 pessoas. Subtraindo-se os ganhos oriundos da colheita e de trabalhos extraordinários, que não estão presentes nos contratos de trabalho e por isso não podem ser considerados, os colonos continuariam com uma renda de 1:050\$000. Acresça a este ganho anual o fruto do café a que os colonos tinham direito, que renderia à

<sup>2</sup> Ver tabela número 1.

família em questão, cultivando 7.000 cafeeiros, a quantia de 1:176\$000 - segundo uma média onde cada mil pés de café de quatro anos produzem 300Kg<sup>3</sup>, e sendo a saca de 10 quilos comercializada a 5\$600<sup>4</sup>. Com este acréscimo a renda do colono seria de 2:226\$000 no quarto ano. Sobre os gastos é difícil fazer alguma consideração, todavia, a partir da sobreposição dos preços de dois armazéns podemos fazer algumas projeções.

Antes de tudo é necessário considerar o índice de preços do período em questão. A partir dos dados fornecidos por Villela e Suzigan estabelecemos o ano de 1900 como base (100) a partir do qual projetamos o índice de preços do período 1895-1898, intervalo de vigência do contrato de formação e trato de café a partir do qual calculamos parte da renda do colono. Estabelecemos 1900 como base porque possuíamos dados sobre os preços correntes, retirados de um anúncio de jornal.

*Tabela 3 – Índice de Preços – intervalo 1895-1900 (1900=100)*

Ano	Índice de Preços
1900	100
1899	115,3
1898	117,5 <sup>5</sup>
1897	111,4
1896	93,9
1895	73,4

Fonte: Adaptado de Annibal Villanova VILLELA & Wilson SUZIGAN. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2002, p. 433

Considerando a inflação do período em questão, projetamos os índices sobre os preços praticados em 1900. É necessário considerar que a evolução dos preços dos alimentos talvez não guarde uma maior relação com a evolução dos preços em geral,

<sup>3</sup> Segundo Brasília SALLUM JR. um pé de café de quatro anos proporciona uma colheita muito diminuta, variando entre 10 e 30 arrobas por mil pés. Com o correr dos anos as colheitas aumentavam, atingindo o seu máximo a partir do sétimo ano e iniciando a decadência a partir dos vinte e cinco anos de idade. Cf: *Capitalismo e Cafeicultura... op. cit.*, p. 26. Consideraremos como base de cálculo uma produtividade de 20 arrobas por mil pés, uma vez que a produtividade em Franca, como veremos, não era tão alta como a das regiões de terra roxa.

<sup>4</sup> Chegamos a esta cotação com base no ano de 1898, onde 200 arrobas de café ensacadas foram vendidas por 1:700\$000, ou seja, a 8\$500 a arroba. Convertemos tal valor para a saca de dez quilos, chegando à cotação de aproximadamente 5\$600, unificando a unidade de medida em relação às cotações entre 1882-84 anteriormente trabalhadas. Livro de Notas n. 69, fls. 57-8, 1º Ofício Cível, 1898.

<sup>5</sup> Após atingir este patamar o índice de preços decresce em virtude da política ortodoxa-contracionista levada à cabo nos anos de Campos Salles (1898-1902), que destruiu grande parte do papel-moeda em circulação e promoveu uma valorização do mil-réis, impactando no ritmo de aumento dos preços. Em 1898 o índice de preços era de 48,3, já em 1902 era de 31,2, sendo 1919 igual a 100, lembrado que os preços só voltam a atingir patamares próximos ao de 1898 a partir de 1915. Cf: Annibal Villanova VILLELA & Wilson SUZIGAN. *Op. Cit.*, p. 433.

fornecida por Villela e Suzigan, o preço dos alimentos e mercadorias está submetido a alterações como uma quebra de safra (geada, baixa produtividade, etc.) e as condições da oferta local, todavia nossas projeções ficariam muito prejudicadas se não nos utilizássemos de nenhum mecanismo de deflação para calcular o gasto dos colonos, que nos rendeu os seguintes valores:

*Tabela 4 – Preços correntes entre 1895 e 1900*

Produto	Quantidade	1900 (x)	1899 (x+15,3%)	1898 (x+17,5%)	1897 (x+11,4%)	1896 (x-6,1%)	1895 (x-26,6%)
Açúcar branco	15 quilos	15\$000	17\$295	17\$625	16\$710	14\$085	11\$010
Açúcar redondo	15 quilos	12\$000	13\$836	14\$100	13\$368	11\$268	8\$808
Açúcar mascavo	15 quilos	10\$000	11\$530	11\$750	11\$140	9\$390	7\$340
Aguardente de Cana	1 garrafa	0\$500	0\$576	0\$587	0\$557	0\$469	0\$367
Café	15 quilos	11\$000	12\$683	12\$925	12\$254	10\$329	8\$074
Farinha de Trigo	15 quilos	7\$500	8\$647	8\$812	8\$355	7\$042	5\$505
Bacalhau Superior	1 quilo	1\$500	1\$729	1\$762	1\$671	1\$408	1\$101
Batatinhas	15 quilos	9\$000	10\$377	10\$575	10\$026	8\$451	6\$606
Biscoitos de Itú	1 quilo	2\$500	2\$882	2\$937	2\$785	2\$347	1\$835
Bolachinhas doces	1 quilo	2\$200	2\$536	2\$585	2\$450	2\$065	1\$614
Cebolas	15 quilos	15\$000	17\$295	17\$625	16\$710	14\$085	11\$010
Sabão	15 quilos	13\$000	14\$989	15\$275	14\$482	12\$207	9\$542
Arroz	50 litros	15\$000	17\$295	17\$625	16\$710	14\$085	11\$010
Fubá de Moinho	50 litros	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Fubá Mimoso	50 litros	15\$000	17\$295	17\$295	16\$710	14\$085	11\$010
Polvilho doce	50 litros	14\$000	16\$142	16\$450	15\$596	13\$146	10\$276
Polvilho Azedo	50 litros	18\$000	20\$754	21\$150	20\$052	16\$902	13\$212
Farinha de Milho	50 litros	16\$000	18\$448	18\$800	17\$824	15\$024	11\$744
Farinha de mandioca	50 litros	18\$000	20\$754	21\$150	20\$052	16\$902	13\$212
Feijão	50 litros	6\$000	6\$981	7\$050	6\$684	5\$634	4\$404
Milho debulhado	50 litros	5\$500	6\$341	6\$462	6\$127	5\$164	4\$037
Amendoim	50 litros	4\$500	5\$188	5\$287	5\$013	4\$225	3\$303
Cará	Um	0\$200	0\$230	0\$235	0\$222	0\$187	0\$146
Sal moído	1 litro	0\$300	0\$345	0\$352	0\$334	0\$281	0\$220
Rapadura	Uma	0\$400	0\$461	0\$470	0\$445	0\$375	0\$293
Alho	Cento	5\$000	5\$780	5\$875	5\$570	4\$695	3\$670
Velas Apollo	Pacote	1\$500	1\$729	1\$762	1\$671	1\$408	1\$101
Querosene	Garrafa	0\$500	0\$576	0\$587	0\$557	0\$469	0\$367
Ovos	Dúzia	1\$200	1\$383	1\$410	1\$336	1\$126	0\$880

*Fonte: Propaganda do Armazém de Secos e Molhados João Baptista Damasceno. In: Jornal o Francano, 18 de Julho de 1900. Propaganda do Armazém de Secos e Molhados Tobias A. Faleiros. In: Jornal Tribuna da Franca, Março de 1900. Preços de 1895 a 1899 calculados a partir dos índices de preços fornecidos por Annibal Villanova VILLELA & Wilson SUZIGAN. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2002, p. 433*

Consideremos que os colonos não precisavam adquirir no mercado os seguintes produtos: batatinhas, café, arroz, fubá de moinho, feijão e milho debulhado. É necessário também considerar que eles deveriam comprar mensalmente três litros de sal, três dúzias de ovos, duas garrafas de querosene, três pacotes de vela e três garrafas de aguardente. Sobre os outros produtos presentes na lista, manteremos as mesmas quantidades. Feitas estas

ressalvas, se um colono pertencente a uma família com cinco elementos fizesse uma compra mensal dos gêneros desta lista, levando em conta o abatimento de alguns produtos e a maior quantidade de outros, gastaria os seguintes valores:

*Tabela 5 – Renda, gasto e saldos de uma família de 5 elementos entre 1895-98*

<b>Contrato</b>	<b>Renda</b>	<b>Gastos Fixos (alimentação)</b>	<b>Saldo Anual</b>
1º Ano (1895)	1:050\$000	783\$000	267\$000
2º Ano (1896)	1:050\$000	936\$858	113\$142
3º Ano (1897)	1:050\$000	1:111\$458	-61\$458
4º Ano (1898)	2:226\$000	1:172\$370	1:053\$630
<b>Total</b>	<b>5:376\$000</b>	<b>4:003\$686</b>	<b>1:372\$314</b>

*Fonte: Derivado do índice de preços da tabela 11 (inflação) e dos salários nominais pagos em um contrato lavrado em 1895*

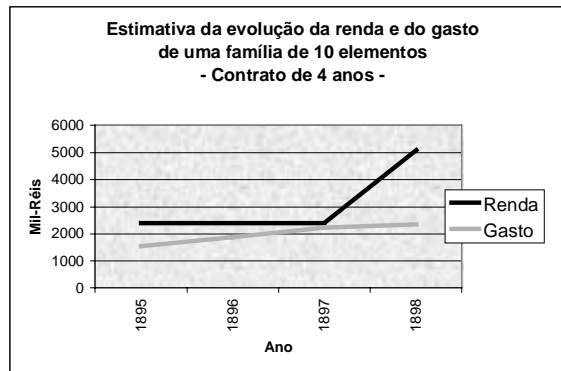
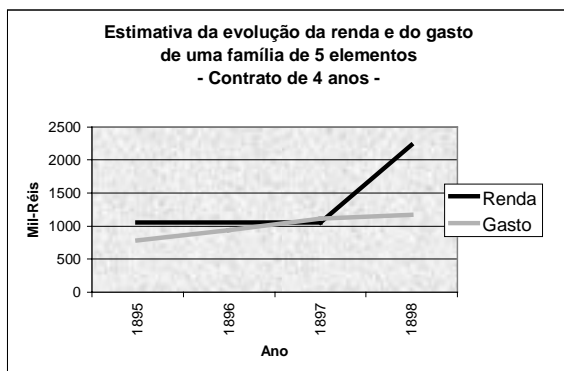
Já uma família de 10 elementos teria o seguinte gasto e a seguinte renda, considerando o gasto como o dobro do valor das despesas de uma família de cinco elementos e que uma família deste porte reúne condições de tratar de 16.000 cafeeiros, cuja produção vendida pelos preços correntes, renderia além do salário monetário, 2:688\$000 em 1898:

*Tabela 6 – Renda, gasto e saldos de uma família de 10 elementos entre 1895-98*

<b>Contrato</b>	<b>Renda</b>	<b>Gastos Fixos (alimentação)</b>	<b>Saldo Anual</b>
1º Ano (1895)	2:400\$000	1:566\$000	834\$000
2º Ano (1896)	2:400\$000	1:873\$716	526\$284
3º Ano (1897)	2:400\$000	2:222\$916	177\$084
4º Ano (1898)	5:088\$000	2:344\$740	2:743\$260
<b>Total</b>	<b>12:288\$000</b>	<b>8:007\$372</b>	<b>4:280\$628</b>

*Fonte: Derivado do índice de preços da tabela 11 (inflação) e dos salários nominais pagos em um contrato lavrado em 1895*

*Gráfico 1 – Estimativa da evolução da renda e do gasto de famílias de 5 e 10 elementos entre 1895-98.*



*Fonte: Derivado das tabelas 5 e 6*

Seria interessante analisar separadamente as duas famílias em questão, iniciemos pela família composta por cinco elementos, que reuniria, segundo Stolcke, dois trabalhadores. Os gastos da tabela 5 foram calculados a partir dos preços correntes entre 1895 e 1898, e somariam, ao final deste ano, 4:003\$686. Na coluna intitulada “renda” computa-se os valores oriundos das cláusulas monetárias presentes nos contratos, que justamente por serem fixas não sofrem alterações mesmo em um contexto inflacionário, e da renda oriunda do café do quarto ano, período onde os cafeeiros já apresentam uma certa produtividade. Percebe-se que por este mecanismo, no contexto do encilhamento, as variações de preço eram funcionais aos fazendeiros porque os salários monetários eram previamente estabelecidos enquanto o preço da subsistência era crescente, logo, o que se torna prioritário nas contas do colono, e permite que acerte os seus débitos é necessariamente o café colhido no quarto ano. Se o colono dependesse apenas das cláusulas monetárias como forma de renda, acumularia prejuízo nos dois últimos anos do contrato de trabalho, prejuízo que é evitado no quarto ano justamente pela produção de café que lhe oficialmente lhe pertencia, conforme podemos visualizar no gráfico 1.

Ao final do período de contrato o colono teria acumulado **1:372\$314**. Em relação aos gastos cabe considerar que a farmácia, ferramentas, instrumentos, despesas com a lavoura e certamente dívidas com o fazendeiro, que muito provavelmente existiam, não foram ponderados em nossos cálculos, aliás, tais despesas só seriam ponderáveis se conseguíssemos encontrar a caderneta de “haver” e “dever” que regulavam as contas e pendências entre colonos e fazendeiros. Esta é uma dimensão do gasto que não conseguimos apreender, mas que deviam pesar brutalmente nas contas dos colonos, reduzindo assim o valor acumulado. Nestes termos, é reduzida a possibilidade de acumulação de uma família composta por 5 elementos.

Já uma família composta por 10 elementos (seis trabalhadores) reuniria condições de tratar de 16.000 cafeeiros. Ao final do contrato teriam ganhado com as cláusulas monetárias e com o café 12:288\$000 e gastado 8:007\$372, um saldo de **4:280\$628**. Mantivemos os salários nominais pagos entre 1895-98, ou seja, 0\$600 por cova formada (0\$150 ao ano) o que renderia 2:400\$00/ano ao colono, acrescidos no quarto ano por 2:688\$000 oriundos da venda do café, nos termos acima descritos. O cálculo realizado também não reúne condições de ponderar o gasto decorrente de farmácia, ferramentas,

endividamento com o fazendeiro e despesas eventuais, mas acreditamos que mesmo deduzidas estas despesas, uma família deste porte, com seus 4:280\$628, teria condições de tornar-se proprietária de um pequeno lote. Ampla bibliografia destaca a família como uma unidade de acumulação no contexto da cafeicultura<sup>6</sup>, é por excelência a formação social viabilizadora das relações de colonato. Nestes termos, uma família maior reuniria condições mais favoráveis de acumulação, conforme evidenciou Verena Stolcke para o ano de 1922 e os nossos cálculos realizados a partir dos contratos e do gasto dos colonos para a década de 1890. Como a média familiar preponderante em Franca era de 5 elementos por família na década de 1890, seria difícil, a partir das evidências, imaginar colonos italianos acumulando dinheiro e/ou renda não monetária nos termos acima descritos e tornando-se proprietários num momento subsequente.

Outro fator a ser considerado é que a relação entre fazendeiro e colono, no caso da venda do café, talvez não fosse pautada na cotação de mercado, que era de 5\$600 para o ano de 1898. Reforça este argumento as cláusulas que impunham preferência de venda do café do colono ao fazendeiro, que certamente não pagava o valor do mercado. Subtraia-se também destes 5\$600 por saca de dez quilos a agregação de valor oriunda do beneficiamento e do ensacamento. Assim, talvez, todo aquele acréscimo registrado nas contas do colono no quarto ano do contrato, oriundo da venda da produção dos cafeeiros, precisaria ser redimensionado, o que não seria mensurável dado que a regulação das relações entre fazendeiros e colonos não se pautavam em termos necessariamente econômicos, ou seja, sabemos que existia via contrato uma espécie de “monopsônio”, todavia os termos do rebaixamento do café não nos fornecem elementos para serem contabilizados, nos restando a possibilidade de apenas fazermos esta consideração.

O percurso até aqui realizado não reúne condições de desvendar os impactos das cláusulas não monetárias nas contas dos colonos. Pelo lado do gasto, além dos preços correntes, não possuímos nenhum outro indício referente às demais despesas. Pelo lado da renda dispomos efetivamente apenas dos salários monetários pagos no período em questão e uma noção da importância da produção cafeeira do quarto ano nas contas dos colonos.

---

<sup>6</sup> Desta bibliografia podemos destacar Eunice Ribeiro DURHAN, Emília Viotti da COSTA, Chiara VANGELISTA, Michael HALL, etc., que ao descreverem as relações de colonato evidenciam a importância da família como forma de viabilizar tal relação.



Sobre a produção de alimentos e seus impactos na conta final dos colonos difícil seria realizar alguma inferência, todavia, a partir dos contratos pesquisados, podemos perceber que neste quesito a renda possível de ser obtida pelo colono é diminuta uma vez que este, como agora mostraremos, não possuía condições de atuar livremente no mercado.

A primeira ressalva sobre esta produção é que o colono não recebia um terreno extra com a finalidade *una* de cultivar alimentos na proporção do cafezal que assumia, como acontecia em outras regiões de São Paulo. Em Franca, em virtude da conformação da propriedade vista na introdução, prevaleceu a exclusividade do cultivo intercafeeiro, o que significa dizer, desde logo, que a produção de alimentos dos colonos tendia a ser menor do que se praticada em terrenos extras. Nesta forma de cultivo os colonos plantavam entre os cafeeiros de forma retroativa: duas fileiras de milho nos dois primeiros anos, uma no terceiro ano e uma sim, outra não, no quarto ano; quanto mais velho e desenvolvido o cafezal menor o espaço para outros plantios.

Em alguns contratos, como por exemplo o lavrado entre o Alferes José Theodoro de Mello e Manuel Alves de Souza<sup>7</sup>, o contratante proprietário impõe ao contratado colono, em forma de cláusula contratual, a preferência de venda da produção de alimentos, e isso, numa sociedade hierarquizada onde o chefe da fazenda reunia em torno de si um grande número de agregados, entre eles os novos colonos, significa dizer que o trabalhador necessariamente teria que vender sua produção de alimentos ao proprietário. Assim, a relação entre ambos torna-se lucrativa ao fazendeiro sob dois aspectos: por uma lado a formação de uma lavoura de café e por outro a concentração da produção de alimentos, num mecanismo cujas bases eram o monopólio do mercado e o estreitamento das relações e cuja finalidade era o enriquecimento via trocas desiguais. Tinha-se então um mecanismo onde o colono tinha acesso à terra intercafeeira, garantia sua subsistência, mas perdia o excedente, ou sua maior parte, ao “negociá-lo” com o proprietário. E uma vez feito isso, este vendia os produtos no mercado e lucrava com a inequivalência dos preços.

Seria um erro afirmar que o excedente de alimentos, potencial fonte de renda, iria livremente pertencer aos colonos. Em alguns casos, como no contrato lavrado entre José da Silva Espíndola e os colonos João Massei, José Massei e César Perrone, a produção de

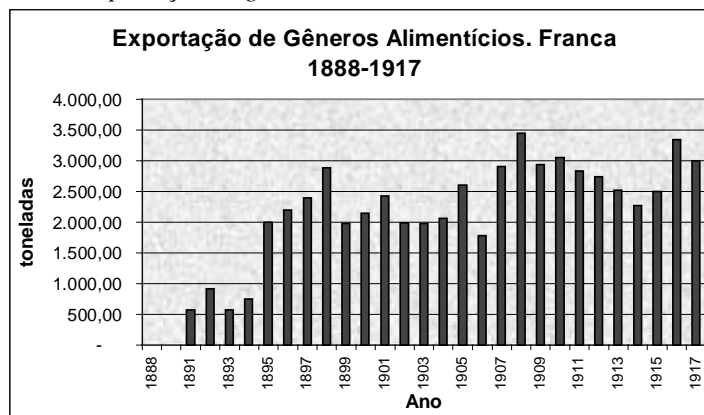
---

<sup>7</sup> Livro de Notas n. 56, fls. 84-86, 1º Ofício Cível, 1893.

alimentos seria dividida em duas partes iguais, das quais uma pertenceria ao proprietário. Já no contrato lavrado entre o Tenente Antônio Barboza Sandoval e os colonos Hermínio Pereira da Costa e Camillo José dos Santos estes eram obrigados a plantar, além do cafezal, dez alqueires de milho na fazenda “Magnonia” sem remuneração alguma. Já o Tenente Coronel Martiniano Francisco da Costa, ao estabelecer um contrato de trabalho com os colonos Antônio Officiate, José Devechi, Caetano Rossignate, Lívio Negrelli, Giordano Scarmelloti e Domênico Teixeira Duarte exigiu que estes vendessem o carro de milho a 20\$000, em regime de exclusividade.

Por este mecanismo a propriedade da terra beneficiava os fazendeiros no início e no fim da relação de trabalho estabelecida com os colonos. No início porque o acesso à terra que o colonato proporcionava ao trabalhador diminuía, como vimos, o montante em dinheiro que o fazendeiro teria que desembolsar; e no fim porque uma vez o colono produzindo alimentos o excedente se concentrava na mão dos fazendeiros sob as formas acima citadas. A simbiose café/alimentos é clara, e ambas, no caso de Franca, trabalharam juntas na exploração dos colonos, e mesmo quando este tinha a impressão de que trabalhava para si na verdade estava garantindo apenas a sua reprodução como trabalhador.<sup>8</sup> Sob estas bases a produção de alimentos exportados subiu de 574 toneladas em 1891 para 2.888 toneladas em 1898, conforme gráfico 11, e uma afirmação que parecia óbvia, mas que carecia de explicação, toma ainda mais sentido: não eram os colonos que estavam exportando alimentos, e sim os fazendeiros... e os mesmos que também exportavam café.

Gráfico 2 – Exportação de gêneros alimentícios. Franca 1888-1917



Fonte: Adaptado de Pedro Geraldo TOSI. *Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. Tese de Doutorado, p. 92

<sup>8</sup> José de Souza MARTINS *O Cativo da Terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas. 1979. p. 86.

Num movimento correlato, o proprietário tendia a aumentar o valor das dívidas dos colonos, estas sim orientadas pelo valor praticado no mercado. Conclui-se desta argumentação que as relações de trabalho estabelecidas entre 1890-1900 não rendiam pecúlio aos colonos, portanto não era uma via factível para que os imigrantes se transformassem em proprietários. Seja pelo salário recebido, ou pela produção de café do quarto ano, seja pela perda do excedente dos alimentos ou por ter as dívidas computadas ao preço de mercado, aos imigrantes colonos desta década era muito reduzida a possibilidade de acumulação de pecúlio, conclusão que se reforça quando observamos que os colonos não aparecem posteriormente como proprietários, e também não constam na lista de proprietários urbanos presente no almanaque de Franca para o ano de 1901. Às maiores famílias, compostas por dez ou mais elementos, existia a possibilidade de acumulação, mas o que dizer sobre um período onde grande parte dos grupos familiares era formada por cinco pessoas?

## 1.2 – Crise de superprodução e transformações nas relações de trabalho

Os impactos da crise de superprodução fizeram-se sentir nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos. Segundo Augusto Ramos a situação da lavoura paulista era mais difícil, do ponto de vista financeiro, do que a dos demais produtores; em São Paulo predominava o colonato, enquanto nos demais estados predominava a parceria: “em São Paulo o preço do trabalho do colono é ajustado por mil cafeeiros no tratamento dos mesmos, por alqueire de 50 litros de café no trabalho de apanha, e por dia nos serviços avulsos (...) ele aufere também indiretamente vantagens de outra ordem e de maior valor. São as que resultam da cultura de cereais, feijão, etc., entre as filas dos cafeeiros. (...) Em outras regiões como a fluminense e Minas Gerais é freqüente serem as lavouras confiadas às famílias de colonos pelo sistema de trabalho por porcentagem ou parceria das colheitas, em geral a *meias*, isto é, cabendo a cada família, como remuneração por cuidar dos cafeeiros e fazer a colheita, metade do que esta produzir.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Augusto RAMOS. *O café no Brasil e no Estrangeiro*. Contribuição comemorativa do 1º Centenário. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena, 1923, p. 204-05.

Essa diferença regional implica que os valores financeiros envolvidos eram previamente estabelecidos em uma forma de trabalho e em outra não. Na parceria, dominante em Minas e no Rio de Janeiro, a remuneração do colono estava submetida à realização do valor mediante às condições internacionais do mercado, já os fazendeiros paulistas, por contratarem previamente as cláusulas envolvendo dinheiro submetiam-se ao descompasso entre a quantia envolvida na relação com o colono e o preço de mercado, o que, no contexto de superprodução descrito, significa que os fazendeiros de São Paulo como um todo estavam acumulando prejuízos, fato atenuado nas terras de fronteira onde a produtividade equilibrava um pouco mais as contas.

Sob um outro aspecto as relações de colonato também pressionavam os cafeicultores. As terras para o plantio de outros alimentos eram fornecidas na proporção do cafezal envolvido na negociação, e uma vez que lavouras novas não estavam sendo formadas os fazendeiros não tinham condições de fornecer aos colonos novas terras para estes plantios. Tal argumento baseia-se no fato de que o colonato é uma relação de trabalho própria de um contexto de expansão das lavouras.

Isso significa que o mecanismo de acesso à terra, ora antes usado para rebaixar as contas em dinheiro, estava ficando “engessado”, aumentando a importância das cláusulas envolvendo dinheiro, justamente o que faltava nos anos de Campos Salles como presidente. No colonato a queda do preço recaía inteiramente sobre o fazendeiro-proprietário; na parceria era dividida, e mesmo que não fosse lucrativo ficar com apenas metade da produção, era positivo o fato de não assumir dívidas maiores com os colonos. Em consequência da crise o número de contratos de formação e/ou trato de café em Franca diminuiu drasticamente. Ao mesmo tempo os cafeeiros plantados no início da década de 1890 atingiram o ápice de produtividade, exportando quase dez milhões de toneladas em 1902.

No auge da crise, em 1905, não foi lavrado nenhum contrato de trabalho. As exportações de café reduziram-se a pouco menos de seis milhões de toneladas, chegando ao ponto máximo da decadência iniciada em 1903. Em 1906, com a intervenção estatal, o número de contratos lavrados começou novamente a subir, a exportação de café

acompanhou este movimento, marcando a recuperação das lavouras prejudicadas anteriormente com a geada de 1902.

As conseqüências do período de retração 1898-1905 redimensionaram as propriedades em Franca. Múltiplas falências foram registradas no contexto da política deflacionária de Murtinho, e sob uma nova conformação a cafeicultura se pautou entre 1900 e 1920. As grandes plantações foram praticamente varridas do mapa. Custos elevados e preços cadentes resultaram no abandono e desvalorização das propriedades, bem como em movimentação de trabalhadores em direção às zonas novas. Interessantes são os números apontados por Pedro G. Tosi:

*“No que concerne ao fracionamento e reconcentração das propriedades rurais no período em tela [1905-1920], interessa qualificar que houve um continuado decréscimo no tamanho médio das propriedades: de 159 alqueires em 1905 para 110 em 1920. (...) O número total de propriedades oscila de 384 em 1905 para 583 em 1920, enquanto o tamanho das propriedades foi sendo diminuído. Apesar disso, aumentava o número total de cafeeiros plantados, bem como a área cultivada, embora nem sempre fosse crescente a média de cafeeiros por estabelecimento<sup>10</sup>”.*

O que os dados deste autor evidenciam é um verdadeiro fenômeno de fragmentação da propriedade; os “grandes cafeicultores” atingidos em cheio pela crise desfaziam-se de porções de terras para saldar suas dívidas e ainda, segundo o autor, “foi no período entre 1906 e 1915 que imigrantes, principalmente de origem espanhola e italiana, credores de dívidas para com os velhos cafeicultores, dotados de alguma economia e famílias numerosas, tiveram acesso à propriedade de terras de dimensões não muito elevadas. Começaram, então, a aparecer os sitiantes e pequenos fazendeiros de origem estrangeira. O produto, contudo, não deixara de ser a base da economia local: já em 1915, em virtude da mudança na estrutura fundiária, era possível verificar o aumento do número de cafeeiros, como também a retomada crescente do número de contratos de trabalho envolvendo café (vide gráfico 3).

São válidas as conclusões do autor quanto à transformação dos colonos imigrantes em proprietários, todavia é necessário fazer uma ressalva. Começamos a construir nossa argumentação.

---

<sup>10</sup> Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p. 144.

A relação de trabalho estabelecida entre fazendeiros e colonos começa a sofrer transformações a partir de 1898. O colonato, dominante de fins da década de 1880 até 1897 é paulatinamente substituído pela “parceria” ou pela “empreitada”, variando de acordo com a idade dos cafeeiros, onde a remuneração do trabalhador consiste em metade da produção de café ou na produção total do quarto ano, no caso de lavouras por formar. Essa transformação revela o brutal impacto da crise; a ausência de dinheiro, oriunda da política econômica do período, pode ser notada no quesito “valor por pé formado em mil-réis”, onde os valores foram substituídos pela frase “quesito não monetarizado”. No campo os valores, na maioria dos casos referentes a mil pés, foram substituídos pela frase “o fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais”, ou “o fruto do cafezal pertence ao contratado”. Com o estreitamento das relações e das cláusulas envolvendo dinheiro os trabalhadores transformaram-se em parceiros e/ou empreiteiros, cujo pagamento era a produção de café.

Na verdade a fragmentação da propriedade e a ausência de papel-moeda estão intimamente relacionados, apontando para a falência dos proprietários. Como visto anteriormente as relações de colonato sentiram de forma mais drástica a crise de 1898-1906, e a divisão da produção com os parceiros, mesmo que reduzindo os lucros, era o mecanismo mais viável para evitar perdas maiores.

Não é necessário nenhum comedimento para ressaltarmos os efeitos dos anos Campos Salles sobre a lavoura francana. Renato Perissinotto, em sugestiva passagem, afirma: “A crise da lavoura no governo de campos Salles foi tão grande que ela não hesitou em participar, em 1902, de um movimento rebelde com vistas a depor o presidente. A causa primeira desse movimento foi a política financeira do governo que deixou a lavoura em situação precaríssima. Assim, o movimento eclodiu em 22 de agosto de 1902 em **Franca**, Araraquara, Ribeirãozinho, Itatinga, Jaboticabal, São Carlos, Araras, Casa Branca, Mogi-Mirim e Espírito Santo do Pinhal<sup>11</sup>”. Perissinoto se refere a um “racha” ocorrido no seio do Partido Republicano Paulista, que só foi contornado em 1906 com os esquemas

---

<sup>11</sup> Renato M. PERISSINOTTO. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 108. Significativo é o fato de o município de Ribeirão Preto não constar entre as cidades insatisfeitas com os anos de Campos Salles. A ausência muito provavelmente se explica pelo fato de os cafeicultores deste município comporem, em grande parte, a elite dos negócios do que Perissinotto denomina “grande capital cafeeiro”: elite econômica que prima pela diversificação de seu capital em diferentes ramos do complexo cafeeiro: operações de crédito, ferrovias, indústrias e o grande filão do comércio exportador.

valorizadores. De qualquer forma, interessante é o fato do município de Franca encabeçar a lista dos insatisfeitos.

Desta crise emerge uma outra configuração, e a maior modificação de todas diz respeito ao acesso do colono ao mercado. Mesmo com baixos valores a possibilidade de ter uma participação na produção final de café era uma situação ótima do ponto de vista do colono. O regime da parceria, dominante no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, se impõe na região, abrindo aí a possibilidade de uma melhor sorte aos imigrantes.

Metade dos colonos entre 1900 e 1920 eram italianos (conforme observamos nos Livros de Notas do 1º e 2º Ofícios Cíveis neste período) sendo estes os principais beneficiados com a quebra dos proprietários. A ideologia do “*fare America*” orientava suas ações e agora, com a participação direta no mercado, via metade da produção de café contratada, reuniam melhores condições de negociar. Vimos que os fazendeiros barravam de todas as formas a participação dos colonos no mercado, seja pela produção de café seja pela produção de alimentos. Com a crise e o real empobrecimento dos proprietários estes não mais conseguiam concentrar todas as possibilidades, abrindo mão de preciosas fatias do mercado, sobretudo o cafeeiro.

Todavia, se seguirmos Tosi e a organização causal de seus argumentos é claro um pensamento onde os colonos a partir do trabalho familiar acumularam algum pecúlio na década de 1890, e com a quantia em bolso compraram terras desvalorizadas com a crise, aumentando sobremaneira o número de propriedades e diminuindo a extensão das mesmas. Assim, os colonos, sobretudo os italianos, que nesta década compunham quase 60% da mão-de-obra, aparecem como proprietários a partir de 1906 sendo o colonato o meio pelo qual se consubstanciavam suas aspirações.

Não concordamos com tal argumento; trata-se de uma gênese de elementos que inicia-se na acumulação como colono, posteriormente invertida para adquirir a condição de proprietário e a partir desta condição participar no mercado. Nosso argumento é que no colonato as possibilidades de acumulação eram reduzidíssimas frente à média familiar predominante no período, e na crise os proprietários, para sustentar seus negócios, abriram mão de uma parcela do mercado em prol dos colonos, e a partir desta atuação os colonos tornaram-se proprietários, seguindo uma lógica “colono – participação no mercado –

proprietário”. Atuar no mercado, sob nosso entender, precede a condição de proprietário, e o nexu era dado pelas relações de parceria.

Para exemplificar podemos citar o caso do colono Victório Nazette, que em 1909 contratou com Martiniano Garcia Duarte, no sítio Macahúbas, o trato de 5.000 cafeeiros. O contrato vigorou durante um prazo de três anos e a remuneração de Victório consistia em metade do fruto do café oriundo desta lavoura. Segundo o jornal A Tribuna da Franca a cotação para a saca de dez quilos para este ano era de 3\$700<sup>12</sup>. Assim pela produção dos 2.500 cafeeiros que lhe cabiam, o colono receberia 1:492\$950, sendo a produtividade deste ano de 161,4 sacas por mil pés, ou 107,6 arrobas por mil cafeeiros. (ver tabela 1).

Na caso das lavouras em formação a estratégia utilizada era que toda a produção do quarto ano pertencesse ao colono. Os cafeeiros nada produziam nos três primeiros anos, assim, era necessário aos proprietários abrir mão da colheita deste ano para compensar o improdutivo período de maturação, sem a necessidade da utilização de dinheiro. O colono espanhol José Garcia Lopes contratou com a proprietária Dorothea Claudina Villela, em 1912, a formação de 50.000 cafeeiros na fazenda Santo Antônio durante um prazo de seis anos<sup>13</sup>. Nesta escritura a remuneração do colono consiste no fruto do cafezal durante o período de vigência do contrato. Assim, José Garcia, por estes seis anos de trabalho, receberia 50:590\$000<sup>14</sup>, mesmo com os prejuízos contabilizados com a geada de 1918, que apesar de não ter sido intensa no município, prejudicou a produção.

No momento em que, via parceria, os imigrantes tinham acesso ao mercado de café duas dificuldades se impunham: o baixo preço da saca e a queda da produtividade. Franca em 1910-20 já era considerada uma região de lavouras antigas, assim os cafeeiros de maior idade já começavam a apresentar um decréscimo na produtividade, que de 154,02 arrobas em 1902, diminuía para 54,99 em 1920.

---

<sup>12</sup> Jornal A Tribuna da Franca, 29 de agosto de 1909.

<sup>13</sup> Livro de Transcrição de Registros e Títulos n. B1, fls. 166-69, 2º Ofício Cível, 1912.

<sup>14</sup> Para chegarmos a este valor consideramos a produtividade do quarto ano em 30 sacas de 10 quilos por mil cafeeiros, a produtividade do quinto ano em 45 sacas por mil cafeeiros e a produtividade de 61,395 sacas para o sexto ano (1918, conforme tabela 16). Sendo o contrato lavrado em 1912, os anos de produção seriam 1916, 17 e 18, cujas cotações no mercado de Santos era 5\$500, 4\$150 e 10\$750 respectivamente. Sob estes números realizamos o cálculo. Dados sobre as cotações retirados de Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café... Op. cit.*, p. 263.



Tabela 7 – Cafeicultura em Franca e cotação em Santos 1902-1920

Ano	Prod. (@)	Cotação em Santos	Prod. (ton.)	Cafeeiros	Produtividade - @ por mil pés
1902	650.355	4\$200	9.755,33	4.222,50	154,02
1909	794.560	3\$800	11.918,40	7.380,98	107,60
1910	418.170	5\$850	6.273,00	7.380,98	56,60
1911	623.690	7\$550	9.355,35	7.380,98	84,40
1912	626.024	6\$900	9.390,36	7.380,98	84,82
1913	669.490	5\$000	10.042,35	7.380,98	90,70
1914	475.300	4\$300	7.129,50	7.380,98	64,40
1915	605.550	4\$850	9.083,25	7.380,98	82,04
1916	490.120	5\$500	7.351,80	11.727,80	41,79
1917	842.000	4\$150	12.630,00	11.727,80	71,80
1918	480.000	10\$750	7.200,00	11.727,80	40,93
1919	252.000	14\$000	3.780,00	11.727,80	21,49
1920	645.000	8\$000	9.675,00	11.730,00	54,99

Fonte: Adapt. de Pedro Geraldo TOSI. Op. cit., p. 139 e de Thomas HOLLOWAY. Op. cit., p. 263.

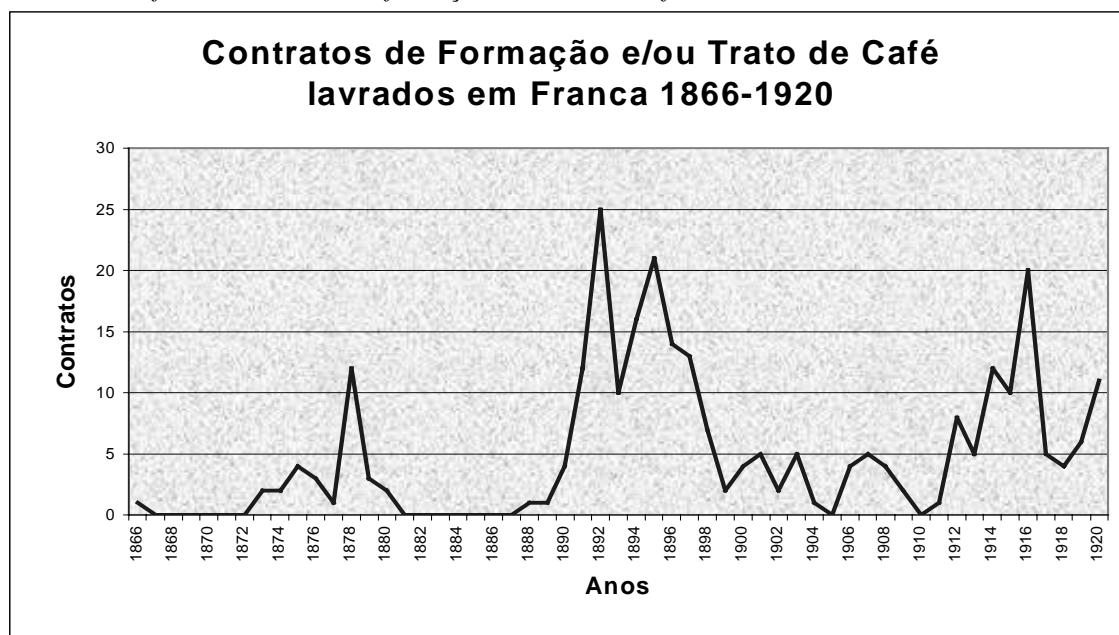
A pergunta que se coloca é a seguinte: o preço do café e a produtividade renderiam o suficiente para o imigrante tornar-se proprietário? Com a quebra dos proprietários as terras foram desvalorizadas, abrindo espaço para a atuação dos colonos no mercado. Mesmo não operando sob condições ideais, eles reuniam valores suficientes para comprar pequenas partes de terras, previamente desvalorizadas, e/ou esperavam o final do contrato onde muito provavelmente os débitos do fazendeiro seriam acertados com pequenas partes de terras, fenômeno que, como vimos, expandiu o número de proprietários e diminuiu a média de cafeeiros por propriedade. Com esta configuração de pequenas extensões, os custos de produção eram reduzidos. Sob esta característica de predomínio de pequenas propriedades a cafeicultura tomou outros rumos após a crise, rumos que garantiram uma certa manutenção da atividade cafeeira, mesmo em uma zona já considerada “antiga”.

É necessário ponderar que nas pequenas propriedades a baixa taxa de acumulação não significa inviabilidade do negócio. Estas “células produtivas” de forma alguma tendiam à monocultura, por certo em conjunto com o café outras atividades eram desenvolvidas: plantio de alimentos como arroz, feijão, milho, mandioca e batata, além da criação de porcos, gado, coleta de leite e fabricação de queijo. Logo, em períodos de inviabilidade do café, outras atividades assumiam maior destaque, não só garantindo a subsistência como uma eventual acumulação via comercialização destes gêneros. Em suma: as pequenas propriedades sentiam os impactos da crise cafeeira até certo ponto, sempre restava a

possibilidade de garantir no mínimo o “arroz com feijão”. Gastos com trabalho eram eventuais, concentravam-se em alguns tipos de serviços que exigiam uma maior especialização: construção de cercas, de telhados, abertura de estradas, etc. No geral o próprio grupo familiar realizava todas as funções: tocavam o café, plantavam alimentos, cuidavam das criações e dos serviços domésticos. Essa configuração estreitava laços familiares e garantia a viabilidade econômica do empreendimento garantindo uma certa independência em relação à mão-de-obra que, no caso do café, tendia sempre a ficar mais cara, dados os atrativos oferecidos pelas virgens terras da fronteira.

Subseqüentemente à crise, entre 1907 e 1911, o número de contratos registrados diminuiu sensivelmente. Em 1910 não foi lavrado nenhum contrato de trabalho, o que se explica pelas super produções de 1907 e 1909, que atingiram 11,007,52 e 9,663,60 milhões de toneladas respectivamente, e pela adaptação das lavouras à nova configuração das propriedades. Conclui-se que os proprietários estavam liquidando seus débitos anteriores (muito provavelmente com parcelas de suas propriedades) e conseqüentemente não estavam registrando novas escrituras. Num movimento correlato colonos estavam tornando-se proprietários de pequenas terras, e também não estavam registrando escrituras.

Gráfico 3 – Contratos de formação e/ou trato de café lavrados em Franca 1866-1920



Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Ofícios Cíveis – 1866-1920

Em 1913, dada a alta produtividade deste ano, 90,7 arrobas por mil pés (vide tabela 7), e a alta produção, que atingira 669.490 arrobas, percebe-se uma redução no número de contratos lavrados. Em 1915, pelos mesmos motivos, aliados à eclosão do conflito mundial, verifica-se novamente uma queda no número de escrituras lavradas. Entre 1916 e 1917, em virtude da intervenção do governo paulista, o número de contratos lavrados voltou a crescer, todavia em níveis incomparáveis em relação ao volume de escrituras registradas na década de 1890, portanto antes do processo de redimensionamento das propriedades que salientamos nos parágrafos anteriores.

Segundo Delfim Netto, a intervenção do Estado de São Paulo foi feita em virtude da volumosa safra registrada nestes anos, atingindo 15 milhões de sacas, quando o consumo, por causa da 1ª Guerra Mundial havia caído abaixo deste nível. Os mecanismos de defesa foram facilitados pela geadada de 1918, que reduziu a produtividade dos cafeeiros, tornando a oferta brasileira muito inferior à normal. Nessas circunstâncias, era inteiramente natural que a procura, principalmente dos especuladores, se precipitasse, o que elevou os preços do Rio 7 de 10,7 cents/libra peso para 17,3 em dezembro do mesmo ano, que, depois de uma ligeira baixa, atingiu 22,8 cents/libra peso em julho de 1919<sup>15</sup>. “O que se pode dizer desta situação é que o estado de São Paulo, comprando café (compras efetuadas por emissões de papel-moeda), impediu que os preços em moeda nacional caíssem a níveis ainda mais baixos e que, agindo como agiria um especulador normal, usufruiu os benefícios de um movimento favorável de mercado<sup>16</sup>”.

Assim, a expansão do número de contratos registrada neste período pode ter sido consequência das favoráveis condições de realização fornecidas pelo estado. Em 1918, ano da geadada, acidente natural descrito por Delfim Netto como um dos “facilitadores” da política de defesa deste período, o número de contratos lavrados voltou a decrescer. Entretanto o movimento decrescente registra-se já em 1917, dado o volume da produção que alcançou 842.000 arrobas. Assim, em 1918, confluem as consequências da geadada e a

---

<sup>15</sup> Antônio DELFIM NETO. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan, 1979, p. 70-1.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*, p. 72. A saca de café atingiu o preço de 47\$390 em 1918, 94\$612 em 1919 e 74\$703 em 1920. Além da diminuição da oferta e aumento da procura, a ascensão dos preços se explica pela grande inflação mundial ocorrida durante a guerra e a pressão inflacionária interna, dado o aumento das emissões.

grande produção do ano anterior, que resultam na baixa produção de 1919, estimada em 252.000 arrobas.

Mas há de se qualificar esta “confluência” de fatores para a diminuição do número de contratos lavrados em 1918. Segundo Pedro Tosi a célebre geada de 24 de junho de 1918 “beneficiou duplamente os negócios de café da cidade, quer nos preços, quer porque o acidente climático não se fez sentir agudamente no município, de modo que foi apenas no ano de 1922 que os efeitos da erradicação foram perceptíveis, quando o número de arrobas produzidas reduz-se de 615.000 para 420.000, e o número de cafeeiros plantados diminuiu de 11.730.000 para 9.438.000<sup>17</sup>”. Assim, dadas estas condições não tão drásticas da geada sobre a lavoura francana, que se revelam plenamente apenas no ano de 1922, acreditamos que a redução dos contratos em 1918 ocorreu prioritariamente pela grande produção dos anos anteriores, dadas em condições altamente favoráveis, uma vez que a reestruturação das propriedades estava mais bem delineada e os preços, via defesas governamentais, eram atrativos, sobretudo para os cafés de boa qualidade (como veremos adiante), que sempre foram privilegiados pois a condição de sustentação dos financiamentos era a obtenção de bons preços no mercado internacional.

Com o final da 1ª Guerra Mundial o crescimento do número de contratos lavrados foi retomado. Como delimitamos 1920 como o ano final de nossas preocupações, não registramos as escrituras posteriores a este ano, todavia, dada a correspondência do contexto internacional e das defesas de preço fomentadas pelo estado, poderíamos inferir que até 1922 a tendência fosse o crescimento, com ligeiro declínio<sup>18</sup> em 1921, sanado

---

<sup>17</sup> Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p. 139.

<sup>18</sup> Já a valorização de 1921-24 contava com dois aspectos inversamente colocados no programa de valorização anterior; agora a inflação mundial liquidou-se numa crise de importantes proporções e o volume de produção apresentou-se acrescido. Ainda segundo Delfim Netto a depressão que se seguiu à prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos foi curta e severa. “O índice de produção industrial caiu de 95, em fevereiro de 1920, para 64, em março de 1921. O índice de emprego caiu de 116, em março de 1920, para 80, em julho de 1921, mas o índice de pagamentos totais de salários caiu ainda mais, de 125, em junho de 1920, para 72, em julho de 1921. A queda dos preços do atacado foi enorme, passando de 247, em maio de 1920, para apenas 138 em janeiro de 1922, o que representa uma queda de 45%. Esse violento movimento de contração reduziu o nível de rendimento dos consumidores e, conseqüentemente, causou uma retração na procura, o que significa que, para manter-se o mesmo nível de consumo, teria sido preciso conceder-se diminuições importantes nos preços”. Cf: Antônio DELFIM NETO. *Op. Cit.*, p. 74-78. Era justamente a queda do preço o fator que caracterizava a crise, e prontamente a intervenção federal se fez presente, sobretudo por dois fatores: o sucesso das intervenções anteriores e a doutrina que consagrava o café como um problema nacional. Nas palavras do presidente Epitácio Pessoa: “o café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira

rapidamente pela intervenção estatal e posterior retomada no contexto das defesas permanentes a partir de 1924.

Os imigrantes que após 1906 aparecem como contratados, salvo uma exceção, não entram em cena posteriormente como contratantes. Tal fato nos leva a concluir que os colonos que se tornaram proprietários possuíam pequenas terras, onde não era necessária a contratação de colonos, ou seja, a propriedade, mesmo que pequena, transformava-se em uma unidade produtiva baseada no trabalho familiar.

---

do Brasil”. Utilizando-se como garantia o café adquirido, levantou-se um empréstimo externo de 9 milhões de libras esterlinas em 1921 cuja finalidade era a paulatina liquidação dos estoques. Mais uma vez as condições de produção auxiliaram uma liquidação feliz da operação, pois as safras de 1921/22 e 1922/23 foram das menores de que se tinha notícia desde o começo do século e o estoque mundial do produto, que havia atingido 10 milhões de sacas em julho de 1919 caiu para 5,3 milhões no mesmo mês de 1923.